

# P. P. I.

1.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

DIARIO DE NOTICIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIARIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTICIAS		REPÚBLICA	14.NOV.1974



## SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

**INQUÉRITO**

Por todo o lado se vai fixando em textos fundamentais a obrigação social de o Estado zelar pela saúde das populações, consagrando-se, assim, o direito à saúde, tendo únicos limites os que, em

cada instante, lhe são impostos pelos recursos financeiros, humanos e técnicos das comunidades beneficiárias. Daí que, no cumprimento do Programa do M.F.A., a Secretaria de Estado da Saúde

venha apresentar ao país as «bases para a criação de um serviço nacional de saúde, ao qual tenham acesso todos os cidadãos».

No objectivo de contribuir para o amplo debate nacional

acerca da organização da saúde no nosso país, solicitado pelo Governo, «República» inicia, hoje, a publicação de uma série de depoimentos sobre o tema.  
(LER NA PAGINA CENTRAL)

Fundação Cuidar o Futuro

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	1970-1974

# SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

**INQUÉRITO**



PROF. MILLER GUERRA

A experiência disponível, nossa e dos outros, ensina-nos que, nos tempos que correm, um serviço nacional de saúde que pretende atingir um

mínimo de eficiência e justiça social, terá de atender a quatro ordens de acções: acção sanitária, cuidados primários da saúde, cuidados dife-

renciados, incluindo os hospitalares, a recuperação e retaguarda.

Por outro lado, importa não esquecer, que o serviço nacional de saúde

a instituir em Portugal não poderá alhear-se da condição socioeconómica vigente: somos um país em vias de desenvolvimento, que deixou atrasar demasiado a sua or-

ganização de cuidados da saúde.

Quais são, então, os principais quesitos a que deve responder o serviço nacional de saúde em Portugal?

## MILLER GUERRA:

# HÁ O RISCO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE FICAR ISOLADO NO MEIO DO SISTEMA CAPITALISTA

A exposição que fez há dias na RTP o secretário de Estado da Saúde, dr. Cruz Oliveira, trouxe à luz do dia, e agora com propósitos de realização, um tema sócio-médico de grande vulto. A instauração de um Serviço Nacional de Saúde consta do Programa do M. F. A. e, por conseguinte, está nos desígnios do Governo Provisório, como ainda há semanas afirmava o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo. Quem estiver pouco familiarizado com o assunto, pensará que a ideia de um serviço médico nacional, surgiu de um dia para outro. Não foi assim.

Tudo tem uma história e, particularmente na nossa terra, onde o passado prepondera a tantos títulos, a ideia do Serviço de Saúde também tem a sua origem, o seu desenvolvimento, allás, cortado de reverses, de avanços e retrocessos.

Em 1958, numa grande assembleia da Ordem dos Médicos, foi deliberado nomear uma comissão para o estudo das Carreiras Médicas, a qual no fim de pouco mais de um ano apresentava um primeiro relatório. O mesmo sucedeu com as secções do Porto e Coimbra. Os três relatórios vieram a fundir-se num único — o Relatório das Carreiras Médicas (1961), o qual foi aprovado numa assembleia geral da Ordem.

Este documento, que pas-

sou a constituir a doutrina oficial da Ordem dos Médicos é, de facto, um projecto de modificação profunda dos nossos serviços, e não apenas, como o título indica, das carreiras profissionais.

Os médicos procuraram resolver uma situação delicada e paradoxal: havia nessa altura, e ainda há, multíssimos doentes sem médico e, por outro lado, muitos médicos sem doentes, isto é, sem trabalho.

Este estado de coisas derivava de causas múltiplas, entre as quais sobressaía a insuficiência da medicina de tipo liberal que cuidava mais dos ricos que dos pobres ou, dizendo de outra maneira, que sujeita às leis da oferta e da procura e do lucro, concentra os médicos e os melhores hospitais nos meios urbanos e, dentro destes, em certas zonas ou bairros, abandonando quase por completo, às áreas periféricas. A medicina liberal, tradução médica do capitalismo concorrencial, tem dois inconvenientes — estabelece a desigualdade entre os doentes, segundo a classe social a que pertencem; além disso, ocupa-se de preferência da medicina curativa (tratamento), desinteressando-se da medicina social e da saúde pública. No Relatório das Carreiras Médicas considerou-se a situação geral e, dentro dos limites impostos pelo sistema económico-político da época, estabeleceram-se as seguintes directrizes:

1.º — Coordenação da Medicina curativa com a Medicina preventiva e recuperadora;

2.º — Predomínio das actividades preventivas sobre as curativas;

3.º — Unidade de concepção, direcção e execução da política da saúde;

4.º — Integração dos hospitais e serviços afins (consultas, dispensários, postos da Previdência, etc., num sistema de serviços (Serviço de Saúde) composto por uma unidade integradora primária (Hospital Sub-Regional-Centro de Saúde) e por unidades superiores funcionalmente diferenciadas (Hospitais Regionais e Centrais).»

A finalidade do Serviço de Saúde consistia, segundo o Relatório, em «garantir a qualquer indivíduo, no momento necessário, os cuidados médicos de que precisa», ou seja, todos os portugueses, fosse qual fosse a sua situação económica, deviam ter direito ao mesmo nível de serviços médicos (prevenção, tratamento, recuperação).

A doutrina do documento foi capitulada de socialista, pelas instâncias oficiais daquele tempo e pelos médicos mais conservadores (que eram, e ainda são, quantidade apreciável).

A verdade é que o Relatório não logrou a audiência suficiente para poder entrar em execução. Jazeu ao longo de todos estes anos nas estantes e nas gavetas do olvido, sendo apenas lembrado de quan-

do em quando por alguns médicos que colaboraram nele ou pela falange progressista da profissão. O resto foi silêncio. Mas como as ideias eram justas, como as soluções defendidas estavam de acordo com a evolução da medicina e das sociedades modernas, como os serviços médicos eram cada vez mais solicitados e cada vez menos capazes de satisfazer as necessidades da população de pequenos recursos, as coisas agravaram-se dia após dia, até atingirem o ponto em que estão.

Em duas palavras: o nosso estado sanitário é baixíssimo, comparado com os padrões europeus; a assistência médica curativa, prestada nos Hospitais e nas Caixas, tem um nível inferior e, além disso, existem filas de espera de tamanho inacreditável obrigando-se os doentes a suportarem a doença tendo direito a serem tratados

como beneficiários que são.

Como nos Postos e nos Hospitais, têm de aguardar a consulta (meses e, às vezes anos!) recorrem à medicina particular, ou medicina livre, pagando assim duas vezes os serviços (os oficiais que não utilizam e os particulares que utilizam, mas que são caros).

Para acentuar o desconcerto, é o próprio Estado (por intermédio da Previdência) que facilita o acesso à medicina livre, fornecendo serviços de má qualidade de onde os doentes fogem, quando podem.

Tudo isto e muito mais expôs ao País o Secretário de Estado da Saúde na R. T. P., embora de uma maneira mais completa e suave.

Um último ponto. Confunde-se a cada passo a socialização com o socialismo, julgando-se que socializar a medicina é instaurar o socialismo, começando pela Saúde.

As duas noções aplicam-se a realidades diferentes, como se pode ver até pela significação que se lhes atribuiu na vida quotidiana. Salvo muito poucas pessoas, toda a gente concorda com a socialização da medicina, isto é, com a possibilidade de se tratar, a si e à família, gratuitamente.

Os próprios representan-

tes das classes possidentes, aceitam, e defendem, a socialização dos serviços médicos, mas combatem encarnadamente o socialismo. O termo socialização é muito ambíguo. Socialização traduz um movimento evolutivo para um estado em que as relações dos homens se tornam mais densas e em que certos serviços colectivos são colocados ao dispor da população em geral. A socialização da medicina, dos transportes, da energia, etc. aproveita a todas as classes sociais. O capitalista tem vantagem nisso, pois o sistema económico não se prejudica, pelo facto de certos serviços pouco ou nada rentáveis, serem postos à disposição de todos. Além disso, quem possui disponibilidades económicas, pode continuar a recorrer à medicina particular, ficando assim duplamente protegido: pelo Estado e pela fortuna pessoal.

Há, portanto, um risco no estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde que vem a ser o de poder ficar isolado no meio de um sistema económico capitalista, fazendo-se a socialização à custa dos médicos.

A socialização de um ramo de actividade, só é proveitosa se acaso fizer parte de um movimento geral de socialização verdadeira, isto é, se acompanhar a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, o estabelecimento da igualdade social, e, termo final, a supressão das classes sociais.